



NEO DESENVOLVIMENTISMO OU LUTA DE CLASSES?

**O papel do
Movimento Estudantil
frente à expansão do capital**

**Tese ao VIII Congresso de Estudantes da UFC
Oposição Classista e Combativa ao DCE/UFC
Filiada a RECC**

Oposição Classista e Combativa ao DCE/UFC
Filiada à Rede Estudantil Classista e Combativa

**Neo Desenvolvimentismo ou luta de classes?
O papel do Movimento Estudantil frente à expansão do
capital**

Tese ao VIII Congresso de Estudantes da Universidade Federal do Ceará
19 a 21 de abril de 2013

Fortaleza, Ceará
2013



OPOSIÇÃO CLASSISTA E COMBATIVA AO DCE- UFC

OCC



www.oposicaoocc.blogspot.com.br



www.redeclassista.blogspot.com

***É preciso não ter medo,
é preciso ter a coragem de dizer.
Há os que têm vocação para escravo,
mas há os escravos que se revoltam contra
a escravidão.***

Carlos Marighella, Liberdade (1939)

***O que sou nunca escondi,
Vantagem nunca contei,
Muita luta já perdi,
Muita esperança gastei.
Até medo já senti,
E não foi pouquinho não.
Mas, fugir, nunca fugi,
Nunca abandonei meu chão***

Geraldo Vandré, Cantiga brava (1968)

NEODESENVOLVIMENTISMO OU LUTA DE CLASSES?

O papel do movimento estudantil frente à expansão do capital

Tese da Oposição Classista e Combativa ao DCE da UFC/Filiada à RECC
ao VIII Congresso de Estudantes da UFC

01. O ano de 2012 deu seguimento aos protestos iniciados em 2009/10 na Europa e América latina, e com o “encerramento” do que se convencionou chamar de “Primavera Árabe” (Primavera esta que foi uma sucessão de derrubadas de regimes após importantes protestos populares, que no final levaram a novos regimes que foram assumidos por juntas militares e por oposições restauracionistas). A crise econômica mundial vem levando a União Europeia a uma profunda crise de trabalho, gerando importantes protestos contra as medidas de austeridade. Como afirmamos no congresso de 2011, estes protestos *“abrem as portas para o rompimento com métodos pacifistas da “esquerda” parlamentar e sindicatos pelegos (traidores), com a opção pela ação direta combativa e a greve geral como alternativas para resistir aos ataques dos capitalistas”*. Importante relatar o episódio grego, com o surgir e fortalecimento nas urnas da direita organizada no Amanhecer Dourado, que propõe medidas xenófobas, como a expulsão dos imigrantes (turcos). Estes vem se apresentando como

alternativa ao que coloca a Grécia na ante sala da contra revolução.

02. Em fins de 2012 se iniciou uma nova escalada de violência na Palestina, terra ocupada por Israel, representante oficial dos interesses dos EUA no Oriente Médio. Em 10 de novembro de 2012 se iniciam novos ataques ao povo palestino, que em uma semana matou 5 Israelenses, 162 Palestinos e deixou 1,3 mil feridos, o que demonstra a desproporção do Estado Israelense contra o povo palestino. Saudamos e tomamos como referencia a luta do povo palestino contra as demonstrações de força da aliança Israel-EUA. Esses ataques militares sionistas tem o objetivo de preparar o terreno geopolítico para um novo conflito na região, desta vez com o Irã.

03. O ano passado vai ficar na memória do povo brasileiro como o da maior greve na Educação Federal (superior e técnico), com seu início no dia 17 de maio de 2012. Esta importante paralisação esteve na conjuntura dos cortes de mais de 5bi. na educação realizado pelo governo Dilma/PT

em 2011 e 2012, e que priorizou a manutenção do pagamento inacabável da rolagem da dívida pública e da isenção fiscal, com facilidades de instalação de empresas privadas (Universidades Pagas), dando continuidade ao REUNI, programa que integra o PDE lançado por Lula/PT em 2007.

04. Como no Governo Lula/PT, houve uma continuidade da transição pacífica dos movimentos sociais para a esfera do governo (CUT, UNE, MST), várias lideranças das entidades hegemônicas do movimento sindical popular foram cooptadas para a gerência lulista/petista do Estado brasileiro. Apesar disso, a CUT foi arrastada pela base do serviço público federal a participar da greve, sempre saindo em defesa do PT e recebendo rechaço da base indignada com as políticas neoliberais de precarização e sucateamento do serviço público federal.

05. As táticas de cooptação variam nos diversos setores, seja assumindo ministérios, recebendo grandes verbas e atenuando as lutas. Um dos exemplos mais descaradamente visíveis é o do presidente da CUT, Marinho, que se tornou Ministro do Trabalho. Já a UNE foi vendida e de 1996 até hoje recebeu mais de “R\$ 44 milhões dos cofres públicos”ⁱⁱ. Do montante acumulado nesses 17 anos, 97,4% foram desembolsados durante os oito anos de governo do presidente Lula. Os 2,6%

restantes foram repassados pelo governo do presidente Fernando Henrique” para implementar sua linha governista de desmobilização no movimento dos estudantes, e o MST reorientou seu eixo de luta pela terra e pela reforma agrária para uma luta apenas contra o agronegócio. O caso do MST merece uma maior atenção devido ao seu alto grau de cooptação, que só cresce. No caso da ocupação do Instituto Lula por parte dos assentados da Milton Santos, o MST lança uma nota se distanciando dos lutadores, explicando o porquê de não ocupar o Instituto Lulaⁱⁱⁱ. Desse modo, o MST tenta a todo custo blindar o PT de críticas. Em defesa da governabilidade se diminuiu o índice de ocupações de terra e portanto o número de terras liberadas para a reforma agrária. Ao invés de ocupar terras, o MST elenca lutas secundárias, como é o caso da bandeira contra os transgênicos, pró ecologia, enquanto os camponeses seguem vítimas do latifúndio. Tanto que Vinte e Nove camponeses foram assassinados no ano de 2011^{iv}.

06. As condições para esta cooptação se dão no processo da “redemocratização” ainda nos anos 1980, quando CUT e UNE abandonam a estratégia da greve geral e iniciam uma estratégia parlamentar, propositiva, dando as condições para a colaboração de classes. Esta estratégia parlamentarista retira o protagonismo do

povo para colocar como sujeito de transformação o parlamento. O objetivo desta estratégia é criar ilusões no povo de possíveis “alternativas eleitorais”, que na época eram o PT / PCdoB e hoje se materializam no PSTU e PSOL (descendentes do PT). Apontamos isso para que não cometamos o mesmo erro, apresentando à nova geração em luta as ilusões eleitorais como elas são: Farsas!

07. Mas é somente no governo Lula/PT(2003) que UNE e CUT se convertem num braço do governo em meio ao movimento estudantil, sindical e popular, amortecendo assim as lutas e desorganizando o movimento estudantil universitário, técnico e secundário, para que as reformas neoliberais do governo e do capital pudessem ser implementadas com uma resistência debilitada. Prova disso é que o governo Lula/PT conseguiu aplicar melhor as reformas neoliberais do que seus antecessores, como é o caso da Reforma da Previdência (2003), que Collor e FHC tentaram aplicar, mas encontraram menor resistência dos trabalhadores nas ruas. Por outro lado Lula conseguiu, com apoio da maioria na Câmara dos Deputados e no Senado, ao final de 2003 primeiro ano do primeiro mandato, e com pouca resistência nas ruas, pois a CUT é controlada pelo PT, assim como essa Reforma Universitária sucateadora da qual a UNE exerce apoio incondicional.

08. Em meio a isso avança a repressão no Brasil. No contexto da Copa de 2014 e dos jogos olímpicos, as forças repressivas estão se intensificando, com treinamento para reprimir multidões e treino com aparelhos supostamente não letais, como os Tasers (máquinas de eletrochoque). O fato é que esse aparato repressivo é destinado não à contenção de distúrbios de torcedores ou algo do tipo, mas à repressão militar sobre o povo pobre, que luta diariamente por sua sobrevivência nas obras do PAC (Jirau, Santo Antônio, etc). No campo, um balanço parcial da Comissão Pastoral da Terra – CPT aponta que no ano de 2012, vinte e nove trabalhadores foram assassinados em conflitos políticos no campo^v.

09. Megaeventos, mega obras, estado de exceção, militarização da questão social, criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, flexibilização da legislação sindical, remoções, turismo predatório e especulação imobiliária, em suma, destruição de equipamentos sociais aliado a uma e construção de aparatos de entretenimento.

10. Na cidade, devemos lembrar-nos do ascenso da repressão nas periferias urbanas, onde a juventude pobre e em sua maioria negra é exterminada pelas forças policiais. As “vitórias” dos policiais militares do Ceará em sua última greve, que

conquistaram não só melhorias salariais e trabalhistas, como também melhores viaturas e armas, confirmam o diagnóstico de que o Estado investe cada vez mais em repressão como forma de compensar a indignação popular gerada pela falta de investimentos nas áreas sociais (Saúde Pública, Cultura, Educação acessível de qualidade, etc). Vários são os exemplos desse paradigma policial judiciário: assassinato de jovens por uma policial do Ronda no pré Carnaval do bairro Ellery, promessa de remoção de 5 mil famílias na comunidade do Trilho para a construção do Veículo Leve sobre Trilhos, com direito a repressão por parte do COTAM. O fato é que este e muitos outros são apenas um ensaio para a repressão que as camadas populares sofrerão na Copa, que conta com uma lei geral que proíbe a realização de greves, piquetes, manifestações, etc no período, colocando-os todos sob o termo de terrorismo^{vi}. Só nas obras do VLT na via expressa morreram quatorze idosos, vítimas da depressão e demais problemas de saúde ocasionados pela preocupação e receio de perder suas casas tendo de procurar nova moradia.

11. A construção de duas bases das Forças Armadas próximas a comunidade quilombola de Marambaia, no Rio de Janeiro, autorizada por Dilma/PT em 31 de janeiro de 2013, coloca em risco a existência da comunidade que vive uma

situação de conflito com a Marinha há pelo menos 40 anos. Este conflito não é isolado já que outras comunidades quilombolas sofreram com o mesmo problema como foi o caso do Quilombo dos Macacos na Bahia^{vii}. Este é só um exemplo sistemático do que ocorre em um contexto de retrocesso dos direitos das minorias étnicas, já que somente uma comunidade quilombola foi reconhecida pelo governo do PT em 2012. Outro caso é o da produção de ferro-gusa e aço no Brasil, realizado sob o binômio da devastação ambiental e trabalho escravo. As campanhas como “O Petróleo é Nosso”, “Pré Sal” ignoram as relações de trabalho precarizado na Petrobras através de uma terceirização que abarca mais de 320 mil terceirizados, enquanto somente 61 mil na empresa são efetivos, gerando uma insegurança empregatícia à maioria dos trabalhadores da petrolífera, que por sinal possuem atividade sindical restrita e coibida. A defesa do crescimento da Petrobras e o ufanismo cego de parte da esquerda em relação à empresa é baseada na ilusão de que ela poderia representar os interesses da classe trabalhadora em algum nível, pois não analisam o fato de que os operários do petróleo estão passando por um abrangente processo de precarização do trabalho.

12. O capitalismo, em uma de suas vertentes atualmente mais agressivas, expande seus braços de formas cada vez

mais degradantes ao ser humano que trabalha, como é o caso dos regimes de escravidão em fazendas, chegando ao ponto dos patrões estimularem o uso do crack entre os cortadores de cana para aumentar a produção, segundo dados de pesquisas feitas pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2011, em usinas e no corte da cana de açúcar no Norte, Nordeste e Centro Oeste.



**1. Neo desenvolvimentismo
é sinônimo de**

capitalismo neoliberal



13. O termo neodesenvolvimentismo passou a ser usado de forma corriqueira no Brasil, muitas vezes sem aprofundar o debate ou desconhecendo suas raízes históricas e políticas. O termo faz referência ao projeto nacional desenvolvimentista da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) dos anos 1950, que propunha um modelo econômico baseado no Estado planejado para apoiar o setor privado com participação do capital estrangeiro. Um dos intelectuais orgânicos desse modelo no Brasil foi o economista paraibano Celso Furtado. O nacional desenvolvimentismo, gozou de certo respeito teórico e orientou a política econômica dos governos Juscelino Kubitschek e João Goulart. Alguns pensadores colocam ainda que o desenvolvimentismo é uma ideologia que encontra raízes na estratégia de acumulação de capital na indústria, de maneira planejada pelo Estado, o que nos remete até a Era Vargas.

14. Dilma Roussef, com seu Ministro do Planejamento e com o auxílio dos economistas da UNICAMP, tentou alavancar a ideia de um novo programa econômico batizado de neodesenvolvimentista, numa referência à política anticíclica do período do populismo varguista. Em parte, tentou o governo do PT se diferenciar da administração FHC/PSDB, atualizando uma espécie de discurso populista adaptado aos tempos do neoliberalismo. Podemos nos perguntar o que diferencia o antigo desenvolvimentismo dos anos 1930-1980 do atual

neodesenvolvimentismo. Ao fazermos essa diferenciação acabamos por também demarcar o que realmente é o novo desenvolvimentismo capitaneado pelos consecutivos mandatos federais do PT.

15. De forma resumida podemos dizer que o neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal. A partir de Boito Jr podemos identificar 5 diferenças entre o velho e o novo desenvolvimentismo. 1) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo do século XX, 2) confere importância menor ao mercado interno, posto que mantém a abertura comercial herdada de Collor e de FHC 3) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local 4) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário exportadora do capitalismo brasileiro, tal qual a República Velha, 5) tem menor capacidade distributiva da renda. Todas essas características, que se encontram estreitamente vinculadas umas às outras, fazem do neodesenvolvimentismo um programa muito menos ambicioso que o seu predecessor, e tais características advêm do fato de que o neodesenvolvimentismo se configura enquanto política de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal.

"Em parte, tentou o governo do PT se diferenciar da administração FHC/PSDB, atualizando uma espécie de discurso populista adaptado aos tempos do neoliberalismo."



2. O financiamento do neo desenvolvimentismo e o endividamento dos trabalhadores

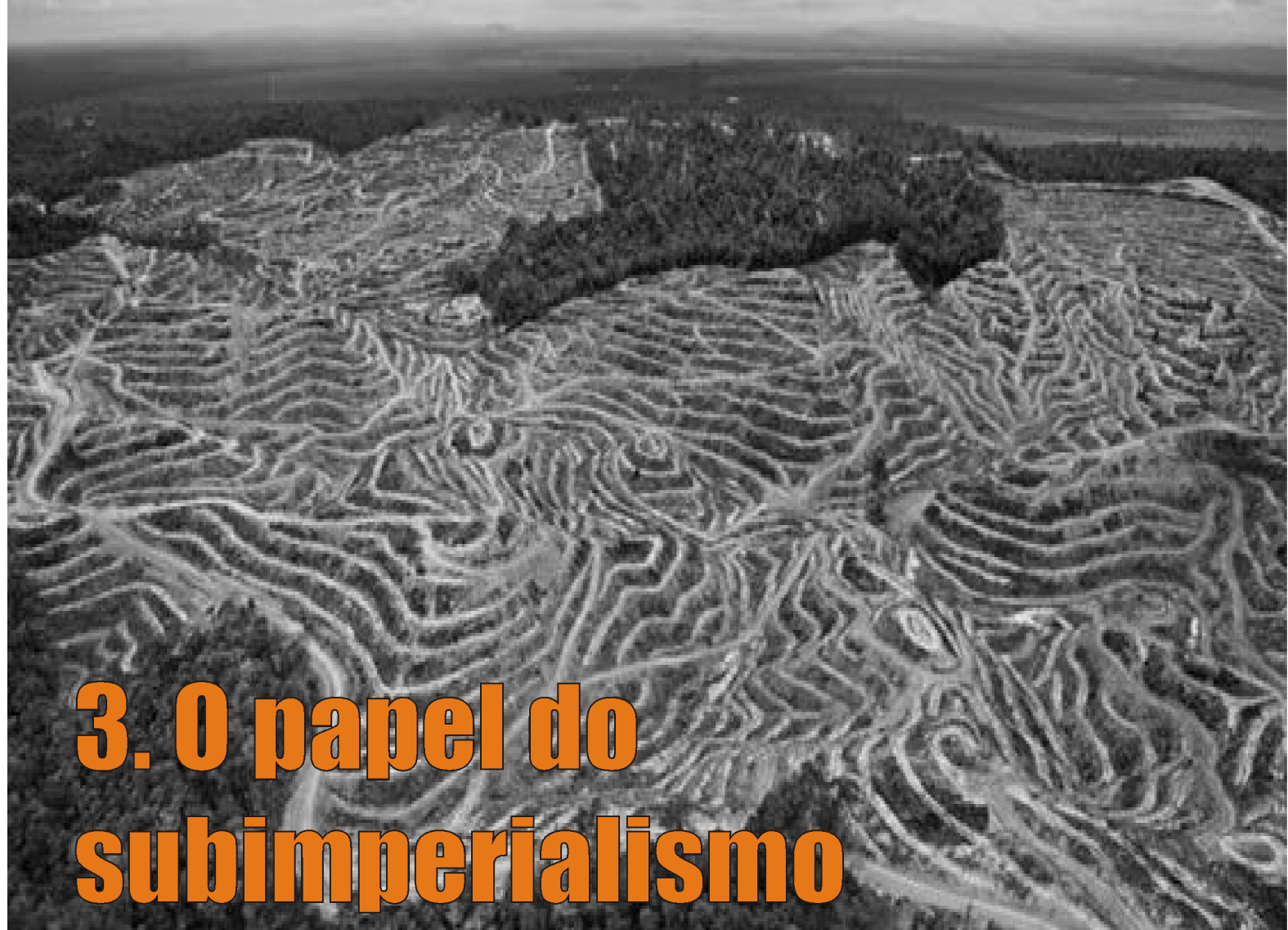


16. O neo desenvolvimentismo brasileiro está sendo financiado pelo endividamento interno. O governo vem usando da emissão e rolagem dos títulos do tesouro nacional para bancar o estímulo ao consumo, os empréstimos de longo prazo às empresas estrangeiras e investidores nacionais. Assim, o BNDES toma empréstimos no exterior a uma taxa de juros e repassa esses recursos às empresas a uma taxa bem menor.

17. A seguinte lógica marca o frankenstein da política econômica do governo Dilma/PT, a ideia de que utilizando o fundo público para ajudar às empresas multinacionais no país, o governo acaba por incluir socioeconomicamente a chamada "nova classe média", através do

acesso aos bens duráveis (linha branca), a aquisição de automóveis ou de casa própria através de financiamentos baseado em crédito cedido pelos bancos, etc. Dessa forma, uma parte da classe trabalhadora ingressa no consumo de massas, não através do aumento real do salário mínimo (isso quer dizer, acima da inflação), mas da concessão de crédito por parte dos bancos. Assim, é um consumo dependente da oferta de crédito dos bancos e não da capacidade de consumo real do salário mínimo. Exemplo que ilustra essa situação trágica é que 50% das famílias paulistanas estavam endividadas em outubro de 2010, segundo pesquisa da FECOMERCIO de São Paulo. Acaba-se consolidando a curto e a médio prazo, portanto, a perspectiva da criação de uma bolha de crédito no país.

“Acaba-se consolidando a curto e médio prazo, portanto, a perspectiva da criação de uma bolha de crédito no país.”



**3. O papel do
subimperialismo**



**brasileiro no
governo Dilma/PT**

18. Um elemento que condensa as contradições de classe do projeto neodesenvolvimentista é o Novo Código Mineral, que prevê novas leis que substituem as de 1968, com a criação de uma agência reguladora de mineração, que deve ser compreendida no contexto de aplicação do IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana). O IRSA tem como meta a construção de um grande polo de infraestrutura para América Latina afim de possibilitar um melhor escoamento de mercadorias e uma maior agilidade no processo de circulação econômico comercial (tempo é dinheiro). Deste modo, fica claro que a circulação de mercadorias é um projeto central do Governo Dilma, basta observar que sua prioridade nos primeiros tempos de mandato foi a privatização dos portos, aeroportos e estradas, além de conceder subsídios alfandegários para suas expansões.

19. Assim como também é prioridade do governo a exploração dos recursos naturais até então preservados, como um imenso território da Floresta Amazônica e suas novas Hidroelétricas (Jirau, Santo Antônio, Belo Monte) e a destruição do Código Florestal. A regulamentação desse novo código mineral emerge de um contexto de destruição dos recursos minerais brasileiros.

20. A parte mais grave dessa regulamentação e que impressiona pelo cinismo é o PL 1610/96 do Senador Romero Jucá (PMDB), que tramita em regime de urgência na Câmara Federal. O projeto defende o extrativismo mineral em áreas indígenas independente de serem protegidas ou não. Os índios serão consultados (sic), conforme prevê a PL, mas se forem contra a extração mineral em sua terra de nada valerá a consulta, pois a extração ainda assim se realizará, conforme o previsto pelo Projeto de Lei. Apesar dessa nova ofensiva ruralista e extrativista, alguns povos, como os Yanomami, resistem e lutam por sua terras, já decidindo em assembleia que irão ser contra o avanço da mineração^{viii}.

21. Esse processo privatista deve ser compreendido dentro da expansão do capital via sub imperialismo brasileiro, na medida em que estende as fronteiras da circulação de mercadorias ao países vizinhos, nos quais o Brasil tem uma hegemonia relativa (sempre subordinada ao imperialismo estadunidense). Nesse sentido, O Novo Código Mineral, que tem como primo correlato o Novo Código Florestal, reestrutura a legislação vigente através de uma reconfiguração das leis, possibilitando a extração mineral em áreas até então proibidas, como margens de rios, reservas florestais, terras indígenas e quilombolas, etc.

22. Os partidos da Frente de Esquerda (principalmente PSOL e PSTU), mesmo não compondo organicamente o Governo de Dilma/PT, reproduzem táticas e políticas em comum com o Governo, e nesse caso, ao invés de se contraporem à política de destruição da Amazônia e de áreas indígenas, acabam elaborando pautas em conjunto com PT/PC do B, no sentido em que propõe uma “exploração mais humana”, por meio de um “Fundo Social do Minério”.

23. A proposta deste Fundo Social deixa muito claro o objetivo desses setores, ao favorecer uma aliança com o governo no intuito de “desenvolver o subdesenvolvimento” no Brasil, já que esse processo, além de destruir a maior floresta do mundo e de seus recursos naturais e culturais, não cria condições para a melhoria de vida do povo brasileiro, já que não há uma transferência concreta de poder nas instâncias deliberativas acerca das riquezas naturais exploradas.

24. Independente da quantidade de recursos remanejados a projetos sociais de cunho assistencialistas (como é o caso de um fórum social de qualquer recurso natural), esse processo de desenvolvimento adotado pelo Brasil atualmente é um método contraditório e falacioso, pois desenvolve o país inserindo-o numa lógica de dependência em relação

ao imperialismo. A extração de minério brasileiro está toda direcionada a exportação para a China, que por sua vez manufatura e vende seus produtos para seu maior mercado consumidor (EUA). Ou seja, como o objetivo da produção não é o mercado interno, não há necessidade de se criar um polo consumidor nacional, e de assim aumentar a renda/salários do povo. O que interessa na verdade dentro desse esquema a nível mundial é consolidar um centro de trabalho super precarizado às custas da mão de obra de nosso povo, como já ocorre nas usinas em Jirau/Santo Antônio e nos demais projetos de infraestrutura impulsionados pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), garantindo assim o barateamento dos custos de produção num mercado que tem como prioridade exportar mais mercadorias que só se barateiam caso todo esse processo superexplorativo da mão de obra se efetive. Por isso, podemos dizer que umas das grandes características desse regime é o desenvolvimento do subdesenvolvimento, porque o desenvolvimento das forças produtivas e da extração do solo, por desprezar o mercado interno e seus interesses, vive em função e condicionado pela exportação de mercadorias.

25. Fica claro, a partir do paralelo da campanha pelo 10% do PIB para o PNE privatista e de tudo o mais que fora exposto

acima, que o projeto político implícito do paragovernismo PSOL/PSTU passa pela via institucional, caminho este que defende a expansão do capital através de um desenvolvimento brasileiro fundamentado na exportação de matéria-prima “competitiva” (isto é, barata) aliada a uma mão de obra adestrada que não questione sua própria realidade. O discurso desse setor é o de explorar as riquezas minerais para que se invista mais em Educação. Mas as contradições se escancaram ao

percebermos que esses novos recursos do minério para a Educação são advindos de Royalties, um tipo de capital desenvolvido por interesses especulativos. Sem falar no fato de que tais investimentos iriam ser destinados a um tipo de educação privatista e mercadológica, que é o ensino proposto pelas diretrizes do PNE neoliberal. No final, esse setor reformista acaba por auxiliar no desenvolvimento diretamente o Capital no Brasil.



4. A Educação na agenda das políticas neo desenvolvimentistas



26. O discurso de final de ano da presidente Dilma Rousseff, proferido em dezembro de 2012, foi claro com relação às metas para alcançar o desenvolvimento do país e superar a pobreza: investir em políticas educacionais que sejam capazes de formar a classe trabalhadora para as novas demandas do capitalismo, inserindo-os na competitividade de mercado. Esse mesmo discurso é amplamente difundido pelo Banco Mundial, instituição que a partir da década de 1970, passa a determinar o planejamento da educação nos países periféricos, através da Declaração Mundial de Educação para Todos (EPT).

27. O objetivo da interferência do Banco Mundial na Educação e do discurso proferido por Dilma, conclamando a classe trabalhadora a inserir-se nos novos programas e políticas educacionais do Governo Federal, não é outro a não ser: treinar mão de obra que reproduza as novas demandas do capitalismo. A sobrevivência do capitalismo após a crise da década de 1970, impulsionada pelo modelo de produção toyotista combinado ainda às

práticas fordistas, requer um trabalhador multifuncional, "qualificado" para assumir variadas funções. A fase atual do capitalismo expande o setor de serviços, retrai a produção industrial enquanto superexplora e subcontrata, substituindo e terceirizando com facilidade a classe que vive do trabalho. Atualmente, a grande indústria não é mais o sustentáculo e elemento que centraliza o fluxo das relações capitalistas. As novas formas do trabalho possuem uma face ainda mais precária, e os novos trabalhadores passam a ser treinados com subsídios públicos.

28. Muito se têm evidenciado, dentro dos movimentos sociais, a participação e colaboração de correntes e partidos nas políticas educacionais que possuem uma ligação direta com as determinações do Banco Mundial. Nós, da Rede Estudantil Classista e Combativa, não nutrimos nenhuma ilusão nos fóruns tripartites e iniciativas que compõem um projeto neoliberal de educação, por compreendermos que não se disputa aquilo que já está desde sua origem corrompida pela lógica de reprodução do capitalismo^{ix}.

"O objetivo da interferência do Banco Mundial na Educação e do discurso proferido por Dilma (...) [é] treinar mão de obra que reproduza as novas demandas do capitalismo."



5. Que parte cabe aos trabalhadores no neo desenvolvimentismo?



29. O impacto social do neodesenvolvimentismo sobre as condições de vida da classe trabalhadora não é calculado nas metas do governo. E não o é porque a parte que cabe aos trabalhadores no neodesenvolvimentismo se traduz na ofensiva do capital sobre o trabalho e os povos tradicionais de nosso país.

- Neodesenvolvimentismo significa derrubar escolas para a construção de condomínios caros, é destruir hospitais para alargar vias, é gastar 600 milhões de verba pública na construção do estádio Castelão, para atender aos caprichos da burguesia local e de seus correspondentes estrangeiros, e que, no intuito de promover a Copa do Mundo, se esquecem que existem jovens que moram no entorno do estádio que se prostituem por até 10 reais para esses mesmos turistas. É negar aos trabalhadores o direito a saúde, moradia e educação em nome do turismo e da especulação imobiliária.

30. O que os trabalhadores precisam é que os direitos mais básicos que são historicamente negados sejam conquistados e respeitados. E esses direitos não são dados de mão beijada pelo Estado e os empresários. Eles terão que

ser tomados na base da luta e organização do povo trabalhador. Eles terão que ser arrancados do a quem doer, sejam os burocratas do governo, sejam os empresários do campo e da cidade. Chega de ilusões com os governos de esquerda e direita, chega de apelos na justiça burguesa que nunca resultam em nada. É chegada a hora dos trabalhadores construírem seu próprio caminho de emancipação através da luta antigovernista e sem conciliação com a burguesia.

31. Em cada sindicato, bairro e favela, cortiço, beco e viela construir a oposição dos trabalhadores ao governo e empresários. Em cada comunidade rural e ribeirinha, indígena, quilombola ou assentamento, construir a resistência aos projetos neo desenvolvimentistas do Estado e Capital. Utilizar-se das formas de organização e ação que os próprios trabalhadores construíram em sua rica e árdua luta contra os opressores: ação direta de massas, ocupação de terras, empresas e instituições do governo, bloqueio de ruas através de manifestações, barricadas, sabotagens, assembleias democráticas, comitês de empresa, bairro e escola, solidariedade de classe, piquetes, e greves.



**6. Peleguismo e parlamentarismo
estudantil: elementos constitutivos
das últimas gestões do DCE/UFC
(Da ilusão paragovernista à
retomada governista)**

32. Desde que os grupos hegemônicos pelo PSOL (Amar e Mudar as Coisas/Toda Voz) assumiram o DCE da UFC no ano de 2009 em conjunto com o PSTU, Consulta Popular e PCR, muita expectativa de luta foi criada, tendo em vista que as reivindicações dos estudantes de base eram muitas, pois estávamos em pleno período de aplicação do REUNI.

33. A análise crítica dos processos de luta ocorridos na UFC, ou que transitaram por ela, como a do Comitê Contra o Novo Enem, Pelo Livre Acesso a Universidade (2010), e do Fórum de Luta pelo Passe Livre (2011), nos permite afirmar que o parlamentarismo e o imediatismo, sendo este uma variação do oportunismo político, marcaram a gestão hegemônica pelos setores para governistas (PSOL, PSTU) no DCE-UFC. Para entender como as características desses setores são produzidas e reproduzidas na ideologia e na prática, é necessário recapitularmos suas origens políticas.

34. Os elementos parlamentaristas e imediatistas são uma constante na estratégia de atuação dos coletivos estudantis ligados ao PSOL, como Amar e Mudar as Coisas/TodaVoz/Barricadas/RompendoAmarras/Futuros Rachas. Devemos entender esses elementos a partir da gênese política do PSOL. Esses coletivos surgem orientados nos marcos do reformismo de um partido que nasce de um racha de cúpula parlamentar do PT. Assim, o que a prática política do PSOL vem demonstrando é que a ruptura com o PT foi meramente institucional (se criou uma nova sigla), mas não de fato (não se criou um novo programa). Pois o PSOL, apesar de não compor organicamente o governo, reproduz bandeiras petistas nos movimentos sociais, como por exemplo, indo a reboque das bandeiras como a luta “Pelos 10% do PIB para a Educação”, as campanhas “A Vale é Nossa”, “O petróleo é Nosso” e a participação nos organismos tripartites (que juntam governos, empresários e trabalhadores), como a CONAE.

Caracteriza-se assim como um partido paragovernista, isto é, que gravita entorno dos interesses do governo central. Da mesma forma os coletivos estudantis do PSOL acabam reproduzindo essa política semi governista no interior do ME.

35. O parlamentarismo estudantil se caracteriza pela reprodução da política burguesa parlamentar no interior do ME. Ele possui uma ala governista (UNE, UBES) e outra para governista (Oposição de Esquerda/UNE, ANEL). Na questão de qual método de ação usar, o parlamentarismo estudantil opta pelos meios legalistas dos mecanismos antidemocráticos das Reitorias e das audiências públicas, que não possuem poder deliberativo, e do apoio a parlamentares e de disputa de mandatos (fazendo do ME palanque eleitoral), o que coloca os estudantes como espectadores a espera das ações dos parlamentares, ao invés da ação direta que coloca o estudante como protagonista da luta. O parlamentarismo opta pelos espaços

institucionais burgueses, ficando preso aos limites impostos pelo Estado. A ação direta estudantil escolhe a via das manifestações de rua, piquetes e ocupações e por atuar politicamente nos espaços de base dos estudantes como os coletivos de curso, oposições, CAs, DAs, CEBs e congressos estudantis. Em resumo, o parlamentarismo estudantil não reforça a luta e organização dos estudantes, mas apenas o Estado burguês, pois atrofia o poder de mobilização dos estudantes ao levar todas as pautas e demandas para a esfera legal, deixando o ME refém dos governos. A solução para esse desvio é a prática da ação direta que devolve aos estudantes seu poder de organização e luta ao torná-los sujeitos capazes de gerar força coletiva nas ruas e nos seus organismos de base.

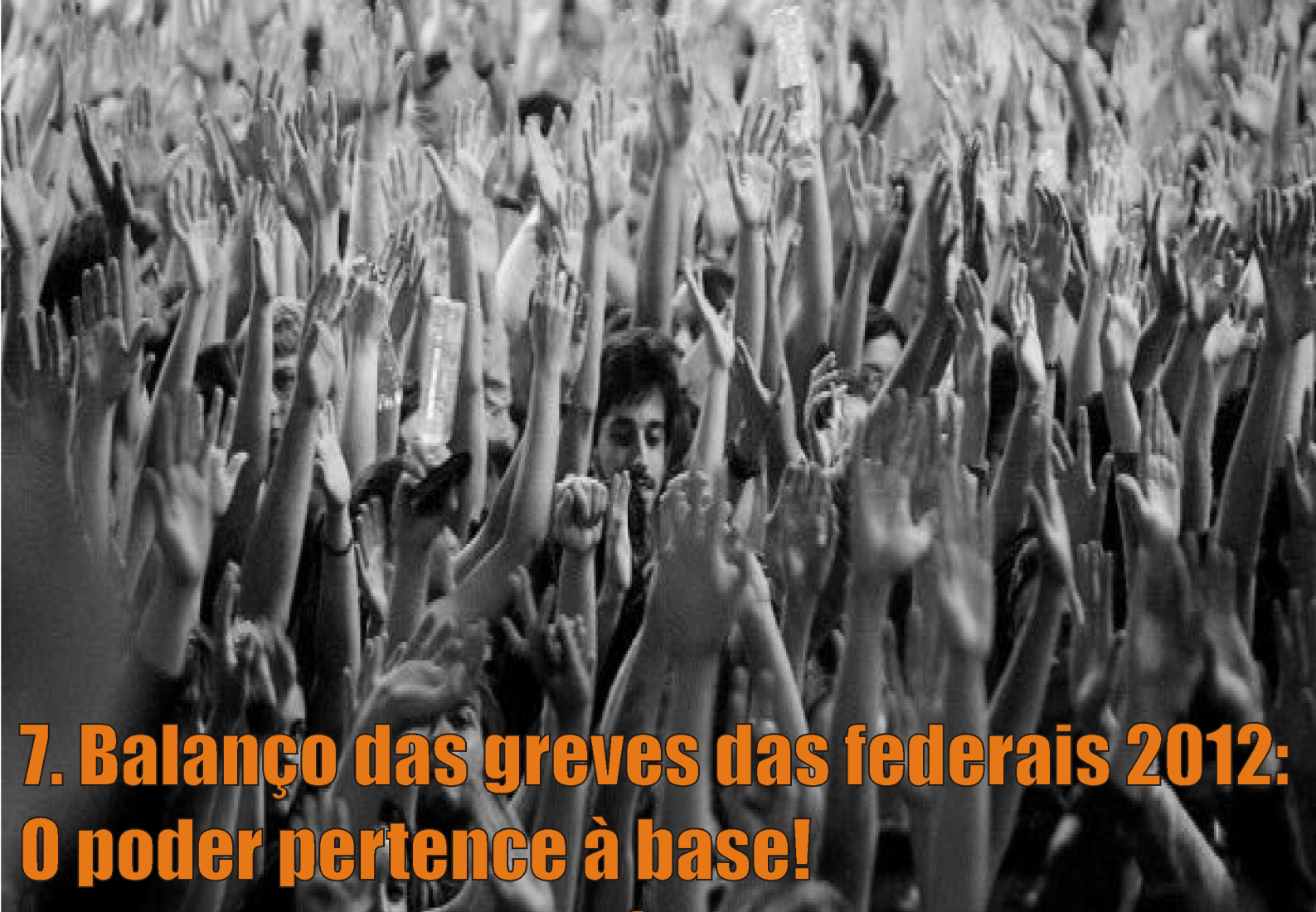
36. O ME paragovernista (PSOL, PSTU, etc), portanto, ostenta um modus operandi que confunde os estudantes em geral, na medida em que eles só levantam algum tipo de

mobilização (artificial) a partir do momento em que vislumbram o ganho de uma direção em CA's, DCE's, ou o que é pior, usando as bases estudantis através de oportunismo eleitoral para votos dos candidatos de seus respectivos partidos. As Greves na UFC, para citar um evento recente, confirmaram na prática essa teoria, pois qualquer estudante que participou das movimentações grevistas nesse período (julho a outubro de 2012) constatou que os estudantes da UFC ligados a esses partidos não construíram as instâncias de base assim que começaram as eleições para prefeito e vereador.

37. Vale dizer que o Movimento Estudantil governista, ligado ao PT, PCdoB, UJS, UNE, se difere muito mais em matéria de discurso teórico do paragovernismo (PSOL, PSTU, ANEL), do que em posturas práticas. Ambos os setores usam ferramentas semelhantes: reformismo, “lutas pacíficas” que “dialoguem”

(confundem) com os movimentos sociais pela via institucional, acordos com os grandes empresários, etc. A diferença concreta é que enquanto a atual gestão do DCE, representando os interesses do PT e de sua base de influência, faz a defesa direta do governo federal e de seus programas, a postura retórica do PSOL e PSTU simula uma oposição apenas sobre os detalhes táticos, mas concorda em última instância com a estratégia do governo e do Estado burguês como um todo.

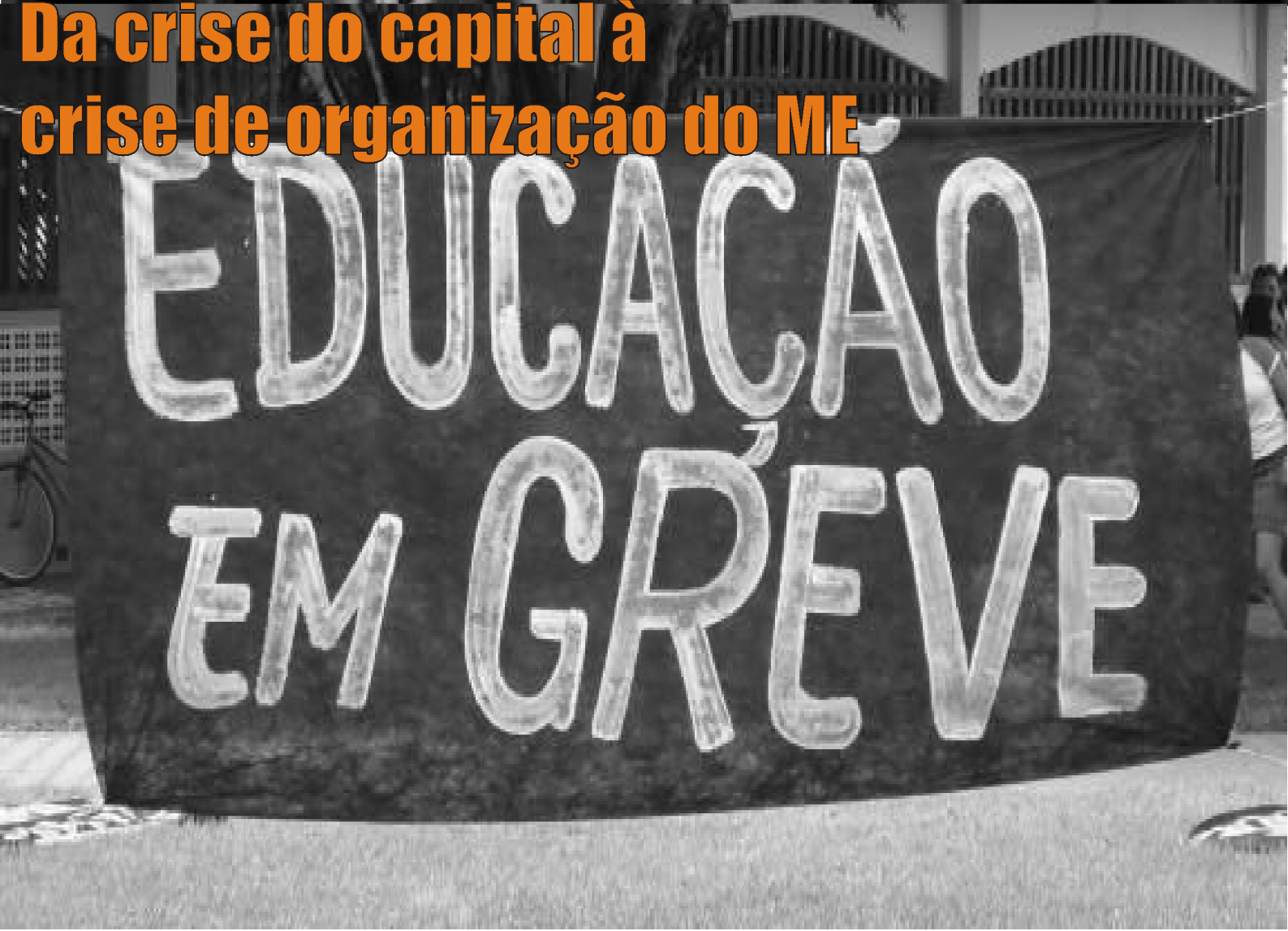
38. A RECC, entendendo a necessidade de uma articulação entre os diversos setores da universidade como fundamental para um embate mais global por uma educação a serviço do povo e de uma contra ofensiva a todos os ataques sofridos, propõe a criação de um fórum de lutas que articule e unifique as diversas categorias da Educação (estudantes, professores, servidores e terceirizados).



**7. Balanço das greves das federais 2012:
O poder pertence à base!**

**Da crise do capital à
crise de organização do ME**

**EDUCAÇÃO
EM GREVE**



Conheces teu inimigo e conhece-te a ti mesmo; se tiveres cem combates a travar, cem vezes serás vitorioso. Se ignoras teu inimigo e conheces a ti mesmo, tuas chances de perder e de ganhar serão idênticas. Se ignoras ao mesmo tempo teu inimigo e a ti mesmo, só contarás teus combates por tuas derrotas.

Sun Tzu.

39. Passado mais de um semestre após o fim da Greve das Instituições Federais de Ensino, que foi uma das maiores greves da Rede Pública Federal em muitos anos organizado por docentes e servidores, é necessário fazer o devido balanço, analisando os acertos e equívocos do movimento, para que estudantes e trabalhadores da Educação em geral possam, nas próximas batalhas, estarem melhor preparados em suas lutas contra a precarização, terceirização e expansão sem qualidade.

40. As precárias condições de trabalho e estudo no setor da educação foram postas em evidência através de mobilizações: a greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), convocada pela ANDES-SN, teve início no dia 17 de maio de 2012 e contou com 50 instituições em greve por tempo indeterminado. Acompanhando a greve docente, estudantes de no mínimo 30 Universidades Federais também deflagraram Greve Estudantil.

41. Desenhou-se assim um quadro de uma das maiores mobilizações do setor da Educação na última década. Há de se perguntar, nesse contexto, quais foram às causas geradoras de tais movimentos

reivindicativos, analisados nas condições particulares e gerais a todas estas categorias em luta? Para a RECC não há dúvida: as greves na Educação, em nível federal, só puderam ocorrer devido às contradições políticas e educacionais que o Governo Federal criou na última década.

42. Podemos refletir sobre a Greve de dois modos, interligados entre si: a da indagação do que foi o movimento grevista e as razões de sua existência. Por conta do breve resumo acima, vamos nos prender a questão do método. O pano de fundo da política educacional e econômica do Governo já foi brevemente discutido no Comunicado Nacional da RECC nº10^x. Para as forças do movimento estudantil e sindical que estão no controle das entidades burocráticas tradicionais (CUT, UNE, CTB), o sentido de uma greve se resume a uma questão de "conscientização da sociedade", isto é, ao pararem suas atividades, professores, funcionários e estudantes devem buscar transmitir ao máximo de pessoas possível suas reivindicações e tentar persuadi-las que a pauta de sua greve é justa. Conscientizando a população, a greve poderia também convencer parlamentares a defenderem a causa e, assim, haveria um "instrumento de pressão" legal que levaria

o Governo a atender as reivindicações. Nesse caso, o máximo de preocupação que a greve geraria aos ministros e às atuais estruturas de poder seria o desgaste (quase midiático) de não atender uma reivindicação que o conjunto da sociedade considera justo. Como resultado, o confronto direto dos trabalhadores e estudantes contra a política governista estaria diluída, secundarizada. Isto, é claro, tendo em vista que uma greve docente não impõe diretamente um obstáculo ao funcionamento normal dos órgãos públicos e ao aparelho do Estado. Para tal via, portanto, a greve estaria sempre à mercê de parlamentares, sendo estes os responsáveis por exercer pressão, e não mais os trabalhadores.

43. Por outro lado, nós da RECC defendemos que o único modo pelo qual os trabalhadores da educação e os estudantes podem se tornar agentes ativos do processo de mudança de sua realidade não é apenas “decretando uma greve” – passo necessário, mas não suficiente para que as pautas sejam atendidas. Para superar o modelo do “grevismo” descrito acima, é necessário que se criem instrumentos de pressão concretos e diretos, que favoreçam a correlação de forças a favor do movimento grevista. Isso, no entanto, não pode ser obtido delegando-se a outros sujeitos que não os próprios trabalhadores/estudantes a proeminência

de suas lutas. Somente quando criarmos instrumentos que imponham dificuldade ao Governo, como ocupações de ministérios ou paralisações de órgãos essenciais, é que teremos mecanismos efetivos de exigir que nossa pauta seja atendida. São nesses casos de enfrentamento da categoria com o governo que os trabalhadores exercem a Ação Direta, entendida como a não mediação dos conflitos por forças que não sejam oriundas do próprio movimento — distinto do caso citado acima, que consolida uma dependência aos parlamentares. Para isso, no entanto, precisamos ter clareza de que há um confronto entre o Governo e movimento grevista, e para que saíamos vitoriosos, precisamos impor o atendimento de nossas pautas, a despeito da vontade minoritária dos agentes do governo. Quando os canais de comunicação se esvaziam e o governo não se mostra disposto a atender nossa pauta, precisamos ser consequentes com nossa luta e criar instrumentos de pressão que sejam efetivos e justos. Essa é a via de luta que defendemos.

44. Ao contrário do que propagandeia a mídia burguesa, que condena como ato de vandalismo irracional e injustificado cada manifestação de radicalização das categorias, a greve é totalmente legítima, pois o governo tem condições financeiras de atender plenamente — e com folga — as exigências de todas as categorias, mas

prefere desviar este dinheiro para o pagamento da dívida interna, para salvar bancos ou sustentar as Mega Obras da Copa e do PAC.

45. A experiência recente de outras greves nos mostra que se tornará roteiro tradicional do Governo não negociar com as categorias e colocar a polícia para reprimir os manifestantes, ou a justiça para barrar direitos legítimos de greve, enquanto a mídia desgasta o movimento perante a sociedade. E desta vez não foi diferente. Mas nós podemos tirar lições dos erros do passado. Devemos nos colocar a altura dos desafios e do nível de enfrentamento com o Governo: acabar com as “sensibilizações de parlamentares”, com as “voltas olímpicas” na Esplanada dos Ministérios e partirmos para a ação política direta contra o governo, com ocupações de reitorias, de órgãos públicos e fechamento de ruas.

46. Além disso, na nossa avaliação, além de algumas atividades inofensivas já citadas, como os atos públicos que não puseram o governo na defensiva, ainda existiram outros problemas decisivos para nossa saída de mãos vazias da greve — que poderia ser histórica: a) A questão do Corporativismo; b) A crise de direção e organização.

a) O corporativismo foi fundamental para dividir os trabalhadores e assim fortalecer o Governo. Isso se deu logo de início,

quando as categorias do Serviço Público Federal da Educação saíram em greve em momentos diferentes, facilitando para que o Governo lançasse propostas diferentes para cada setor, originando assim uma divisão dentro do movimento. Não se tratava de um problema de unidade da "esquerda", como as correntes ligadas ao PSOL diziam, mas sim de uma unidade das categorias da Educação e do Serviço Público Federal. O que havia era a urgência de uma unificação das bases desses setores em Comandos Unificados, que pudessem, a partir das pautas específicas de cada setor, elevar as pautas gerais em comum contra o governo e o modelo educacional vigente. O corporativismo impediu também a realização de assembleias unificadas entre os setores que até então compunham a greve na educação superior. A experiência de assembleias unificadas ocorreu em pouquíssimos casos nas Federais. Na UFC essa proposta foi iniciada junto aos Docentes, sem os servidores, mas uma certa negligência/desprezo do Movimento Docente para com o Mov. Estudantil dificultou essa aliança. b) O movimento estudantil sofre não só uma crise de direção, mas também uma crise de organização. A crise de direção, pois se encontra na hegemonia governista do PC do B e PT e a reboque, o paragovernismo do PSOL e PSTU. A crise de organização se dá pelos meios legalistas e reformistas

que usam para fazer M.E., se valem das decisões de cúpula, do parlamentarismo estudantil, dependência financeira. Deste modo se comprometendo com o governo e suas políticas neoliberais para a educação e impedindo o protagonismo da base estudantil na tomada de decisões. Enquanto o governismo atua em maior escala, sendo setor do governo dentro do ME e contendo suas lutas, o paragovernismo faz uma falsa radicalização através de meios reformistas que não podem trazer vitória nenhuma aos estudantes, culturalismo do tipo: beijaços, twittaços, bicicletatas e legalismos como: audiências públicas, plebiscitos. Para o governismo e paragovernismo, a centralidade é não se colocar frente ao governo, mas reproduzi-lo barrando as lutas combativas.

47. Os problemas enfrentados durante a greve pelo movimento estudantil se materializam no exemplo da disputa pela UNE, hegemonizada pelo governismo e disputada por dentro pelo paragovernismo, de caráter reformista, abdica de ter suas bandeiras reivindicativas e não se alia a outros setores da classe trabalhadora para construção de greves gerais e se vendem ao jogo sujo do parlamentarismo. Isso ficou evidente quando o CNGE (Comando Nacional de Greve Estudantil) tentou negociar com o Governo a partir das reivindicações da base, e a pelega UNE se

apresentou como legítima representação estudantil, entidade essa que não apenas apoia o Governo no ME, mas produz e reproduz programas neoliberais em parceria com o MEC, enquanto se coloca em uma relação orgânica com o Governo, ou seja, a UNE é o Governo no ME.

48. A UNE hoje é a síntese da degeneração do movimento estudantil, e cumpre a podre função de desorganizar e despolitizar os estudantes de base, ao mesmo tempo em que serve de base eleitoreira e de defesa dos programas neoliberais do governo federal, se utilizando dos métodos mais sórdidos. Portanto, quando o Governo impunha um canal de diálogo de forma exclusiva com a UNE, na verdade ele estava “negociando” consigo mesmo, seu alter Ego. O papel dos estudantes é construir e se representar em suas bases através de: coletivos, oposições, CAs, DAs, CEBs, DCEs, rechaçando toda essa política cupulista e de radicalização e oposição inexistente, tendo como guias o classismo e a combatividade, implantando um programa antigovernista que não se alie ao governo mas enfrente e barre suas políticas neoliberais que afetam a classe trabalhadora e sua fração estudantil.

49. A universidade apesar de contar com leis que garantem sua autonomia permanece presa a uma estrutura com fortes vestígios ainda remanescentes da

Ditadura Civil Militar, os processos de tomadas de decisões nela admitidos ferem a autonomia da instituição e nos afastam da aquisição da universidade popular. A exemplo, temos a eleição para reitor que acontece por meio de uma votação da comunidade escolar, através dos 70-15-15 (professores, estudantes e servidores, respectivamente) excluindo os terceirizados e ainda se limitando a uma consulta, pois ao fim quem escolhe o reitor é a presidência.

50. A construção da universidade popular passa pela desconstrução deste e de todos os processos antidemocráticos que se colocam enquanto pilares dessa estrutura de poder que se dá de cima para baixo. Cabe aos estudantes e trabalhadores tornarem-se sujeitos na luta contra essa estrutura, isso se dará pela efetivação do poder das bases, garantindo que os conselhos sejam espaços representativos de toda a comunidade escolar e que todos os componentes da base: professores, estudantes, servidores e terceirizados tenham voto universal em todos os processos eleitorais. Modelar a democracia que queremos requer ainda, e principalmente, a construção coletiva de organismos democráticos que efetivem o poder da base nos cursos, nos campi, sempre partindo da perspectiva de construção de um poder fundamentado na base, de baixo para cima.

51. A não compreensão e desrespeito aos espaços de base ficou claro no Comando de Greve da UFC. Um comando de greve deveria ser composto por uma representação eleita na sua base ou que tivesse desenvolvido um trabalho de base. Para o setor paragovernista o Comando deveria ser composto por “quem fosse a reunião do Comando”, mesmo que esse nunca tivesse ido a sua base, nem em tempos de aula! A compreensão/caracterização de comando de greve dos setores paragovernistas explicita sua prática oportunista de distanciamento das bases e coloca todo o movimento a perder, pois sem o apoio do conjunto dos estudantes o Comando tornou-se um espaço super estrutural a serviço apenas de estudantes profissionais que se dedicam exclusivamente aos espaços de decisão do movimento, sem ao menos irem às suas bases.

52. Por isso a caracterização absurda desse setor de que o Comando de Greve era uma frente política de organizações de esquerda! Justamente porque distanciado das bases, o Comando acabava se compondo em sua maioria de estudantes organizados politicamente em correntes, dando pouco espaço aos estudantes de base.

53. Para construirmos uma greve forte é necessário dar poder às bases e construir

comandos de greve a partir de comitês de greve eleitos em cada curso, para que o comando seja uma representação da base e refletir as necessidades eminentemente locais.

54. Nós da RECC, entendemos os estudantes como fração da classe trabalhadora, não podendo esses se aliar com setores que reproduzem aqueles que ferem e oprimem nossa classe. A escolarização reproduz o mundo do trabalho, afirma as contradições de classe, separa o meio escolar entre proletariado e burguesia. O fim da escolarização para o estudante proletário é vender sua força de trabalho, enquanto ao estudante burguês está reservado postos de gerencia, as altas funções d. Mesmo pontuando o que caracteriza a reprodução da luta de classes dentro dos meios estudantis, a educação mostra a via neotecnicista a qual está se aprofundando, findando as bases propedêuticas, dando lugar a inserção da

lógica de produção capitalista.

55. Os estudantes são uma fração da classe trabalhadora, quando não, desempenham o papel de estudantes simultaneamente ao papel de trabalhador. Lutar contra as contradições de classe no seu local de estudo, contra a elitização do ensino é combater o capital dentro da educação. Sua condição enquanto estudante proletário é submeter o ensino aos interesses de sua classe, não só nos limites de seu local de estudo, mas na perspectiva de construção de uma central que organize toda a classe rompendo com o sindicalismo/ME corporativista, que reproduz a fragmentação da classe trabalhadora imposta pelo capitalismo. Esse é o caminho para a unidade de todas as frações da classe trabalhadora: movimento estudantil, sindical, popular e camponês, construindo um movimento classista e combativo contra os avanços do capital.



8. Bandeiras de luta



- **CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS. FORA A EBSERH!**
- **ORGANIZAR PELA BASE O MOVIMENTO ESTUDANTIL;**
- **ABAIXO O REUNI E O SISTEMA DE METAS DE EXPANSÃO SEM QUALIDADE;**
- **NEM ENEM NEM VESTIBULAR! ACESSO LIVRE JÁ!**
- **PELA CONSTRUÇÃO DE UMA CENTRAL DE CLASSE SINDICAL, POPULAR E ESTUDANTIL!**
- **PELA INTEGRAÇÃO A UNIVERSIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS;**
- **CRECHES NA UNIVERSIDADE;**
- **BOICOTE AO ENADE, POR UMA AVALIAÇÃO DE VERDADE A SERVIÇO DA CLASSE TRABALHADORA;**
- **ABAIXO OS CORTES NA EDUCAÇÃO E O PNE NEOLIBERAL DE DILMA/PT!**
- **CONTRA OS CONSELHOS TRIPARTITES! POR UMA ESTRUTURA DEMOCRÁTICA NA UNIVERSIDADE;**
- **POR MELHOR ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: MAIS BOLSAS E EXPANSÃO DAS REUs!**
- **CONTRA O EXTERMÍNIO DE JOVENS, NEGROS E MULHERES NA PERIFERIA!**
- **NEM FEMINISMO BURGUEÊS, NEM CLASSISMO MACHISTA! A LUTA DA MULHER FAZ PARTE DA LUTA DO POVO E A LUTA DO POVO FAZ PARTE DA LUTA DA MULHER!**
- **SOLIDARIEDADE COM OS MORADORES DAS COMUNIDADES E LUTA CONTRA AS REMOÇÕES DA COPA;**
- **POR UMA UNIVERSIDADE A SERVIÇO DO POVO!**
- **DERRUBAR OS MUROS DA UNIVERSIDADE, SERVIR AO POVO DO CAMPO E DA CIDADE.**
- **ABAIXO A UNE PELEGA E REFORMISTA!**

Referências:

- 1 <http://oposicaooc.blogspot.com.br/2011/12/tese-da-oposicao-classista-e.html> lido em 26/02/2013
- 2 <http://www.contasabertas.org/WebSite/Midias/DetalheMidias.aspx?Id=2347>
- 3 <http://www.mst.org.br/content/mst-n%C3%A3o-participa-de-protesto-no-instituto-lula>
- 4 <http://www.cptnacional.org.br/index.php/noticias/12-conflitos/1081-conflitos-no-campo-brasil-2011>
- 5 <http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/politica/2993-incidencia-de-mortes-no-campo-ainda-e-alta>
- 6 http://www.observatoriodasmetroles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=171:greve-na-copa&Itemid=164&lang=pt
- 7 <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2012/03/504655.shtml>
- 8 <http://ponto.outraspalavras.net/2012/11/09/os-yanomami-cercados-pela-mineracao/>
- 9 Para maiores informações sobre os projetos neoliberais para a educação, ver cartilha O Novo PNE: mais uma macro-política neoliberal para a educação ou rumo a uma educação privatizada voltada ao mercado. Disponível em: <http://redeclassista.blogspot.com.br/2011/09/recc-lancou-recentemente-cartilha-de.html>
- 10 <http://redeclassista.blogspot.com.br/2012/06/greve-nas-federais-e-os-bastidores-do.html>

